



O MPM e as operações militares de paz

Mulheres uniformizadas e operações de paz: avanços e desafios na criação de ambientes seguros e inclusivos

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar

- Promotora de Justiça Militar desde 2013;
- É Secretária-Adjunta da Secretaria de Promoção dos Direitos das Vítimas no Ministério Público Militar;
- Membro titular do Comitê Ministerial de Defesa dos Direitos das Vítimas (CMDD-Vítimas do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP);
- Membro da Comissão Permanente de Combate à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher - COPEVID do Grupo Nacional de Direitos Humanos;
- Membro do Grupo de Trabalho para elaborar o Protocolo de atuação do Ministério Público com perspectiva de gênero, instituído pelo CNMP;
- Membro do Grupo de Trabalho para elaborar o Protocolo de atuação do Ministério Público Militar com perspectiva de gênero, instituído pelo PGJM.



Sumário:

- ✓ As atribuições do Ministério Público Militar
- ✓ Categorias de crimes praticados em missões de paz
- ✓ Sistema jurídico penal militar brasileiro
- ✓ Investigações criminais: MINUSTAH e UNIFIL
- ✓ A investigação de crimes sexuais em missões de paz
- ✓ Boas práticas para o contingente militar
- ✓ Boas práticas para o Sistema de Justiça Militar

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar

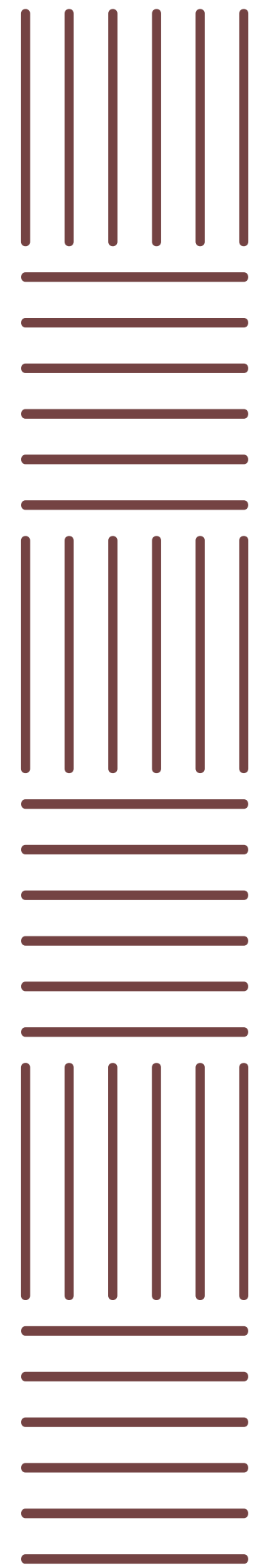


Sumário:

- ✓ Como podemos avançar como Forças Armadas?
- ✓ Como podemos avançar como Sistema de Justiça Militar?
- ✓ Como podemos avançar juntos como Sistema de Justiça Militar e Forças Armadas?
- ✓ Conclusões

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar





As atribuições do Ministério Público Militar

O QUE É? É instituição **CIVIL INDEPENDENTE**, formada por Promotores(as), Procuradores(as) e Subprocuradores(as) **DE** Justiça Militar. **Não integra** as FFAAs nem a Justiça Militar da União.

ATRIBUIÇÕES? São três:

- Investigar e denunciar crimes militares
- Fiscalizar a aplicação da lei
- Realizar o controle externo da polícia judiciária militar

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



As atribuições do Ministério Público Militar

Em resumo, o **MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR** possui duas áreas de atuação:

Atuação preventiva: palestras, recomendações, audiências públicas, termos de ajustamento de conduta.

Atuação de persecução criminal: a investigação, o processo e o julgamento de crimes militares.

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Categories de crimes praticados em missões de paz

Crimes internacionais

Crimes militares

Crimes comuns

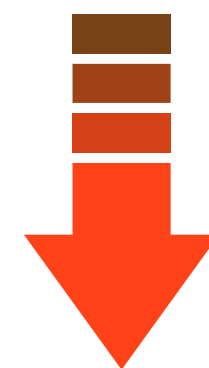
Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar





Onde será processado e julgado
um *peacekeeper*?



Jurisdição primária do Estado
que cedeu contingente (*Troop
Contributing Country - TCC*)

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar





Crimes militares praticados no exterior são processados e julgados onde no Brasil?



11^a CJM



Brasília

Artigo 91 do CPPM: Auditoria da Capital da União

Artigo 27 da LOJMU: uma das Auditorias da circunscrição com sede na Capital Federal

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Sistema jurídico penal militar brasileiro

Investigação: oficiais militares (a atividade de polícia judiciária militar não é institucionalizada nas FFAAs)

Processo criminal:

- ➔ **Acusação:** Ministério Público Militar (civis)
- ➔ **Defesa:** DPU e advocacia privada (civis)

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Sistema jurídico penal militar brasileiro

Julgamento:

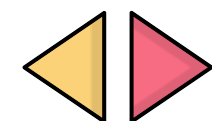
- ➔ **1ª instância:** **Conselhos de Justiça:** formados por 1 juiz(a) civil (carreira) e 4 oficiais militares (carreira e atuação temporária)
- ➔ **2ª instância:** **Superior Tribunal Militar:** composto por 5 ministros e 10 oficiais generais do último posto

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Investigações criminais: MINUSTAH e UNIFIL



MINUSTAH* - 13 ANOS - 37.449 militares:



52

investigações

46 arquivamentos

1 encaminhado a outra Justiça

5 processos (1 condenação)

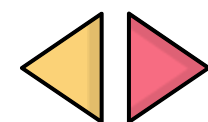
*Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (2004-2017)

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Investigações criminais: MINUSTAH e UNIFIL



FTM-UNIFIL* – 9 ANOS – 4.500 militares:

3

investigações

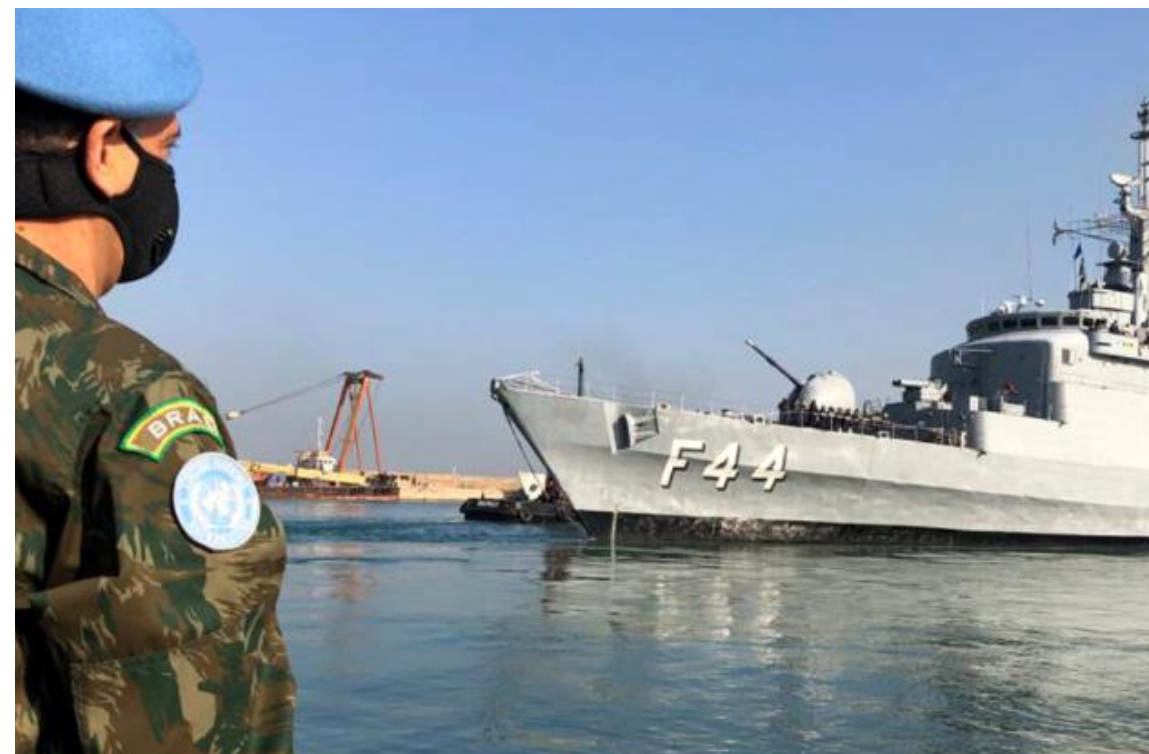
1 arquivamento

2 processos (2 condenações)

1 condenação por crime sexual:

Artigo 233 do CPM (atentado violento ao pudor)

Artigo 218-C do CP (divulgação de cena de sexo ou pornografia)



*A Força-Tarefa Marítima da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (2011-2020)

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



A investigação de crimes sexuais praticados em missões de paz

Secretário-Geral da ONU:

POLÍTICA DE **TOLERÂNCIA ZERO** PARA EXPLORAÇÃO E ABUSO SEXUAL (SEXUAL EXPLOITATION AND ABUSE - SEA)

Imunidade não significa impunidade

Responsabilidade criminal do *Peacekeeper*: compromisso, transparência, celeridade e rigor.



Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



A investigação de crimes sexuais praticados em missões de paz

Desafios da investigação de crimes em missões de paz:

- Acolhimento da vítima nos crimes de natureza sexual
- Superposição de instâncias investigativas
- Preservação do local dos fatos
- Colheita de provas
- Buscas e apreensões
- Elaboração de perícias
- Identificação e localização de eventuais testemunhas
- Barreira do idioma: oitiva de testemunhas civis, oitiva de militares estrangeiros, análise do documentos da ONU
- Desmobilização dos contingentes

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



A investigação de crimes sexuais praticados em missões de paz

Déficit legislativo nacional para o crime de exploração sexual no conceito da ONU

Redação sugerida*:

Art. Oferecer, aceitar ou promover **o militar** a troca de dinheiro, trabalho, mercadoria, serviço ou qualquer outro tipo de vantagem **por prestação de natureza sexual ou libidínica, abusando da vulnerabilidade da vítima e prevalecendo-se de sua condição de ascendência, confiança ou autoridade.**

Pena – reclusão, de dois a seis anos.

Parágrafo único. Se a vítima for criança, adolescente, pessoa com doença mental ou deficiência mental ou que não possa, por qualquer outra causa, oferecer resistência, a pena é aumentada de um terço até a metade.

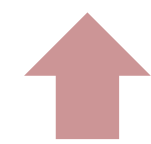
“Diálogo sobre missões de paz”: grupo de trabalho formado pelo MPM, MD, MRE e JMU (2015-2022).

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Boas práticas para o contingente militar



Boa disciplina militar



Baixos casos de desvios de conduta:

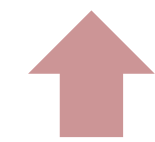
- Treinamento de alto nível
- Seleção rigorosa com base no voluntariado
- Rotatividade semestral do contingente
- Liderança positiva
- Internalização das regras de engajamento
- Boa infraestrutura das instalações que abrigam a tropa

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Boas práticas para o contingente militar



Boa disciplina militar

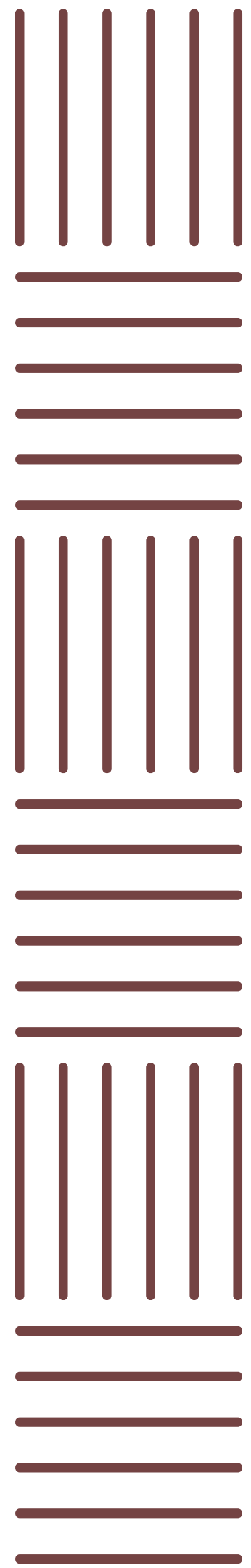


Baixos casos de desvios de conduta:

- Regime disciplinar rígido
- Implementação de ações cívico-sociais
- Folgas monitoradas dos militares
- Medo do repatriamento
- Remuneração suplementar recebida pela participação na missão

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar





Boas práticas para o Sistema de Justiça Militar

Atuação preventiva do Ministério Público Militar: participação na formação dos contingentes militares.

Atuação repressiva do Ministério Público Militar: desburocratização da investigação criminal.

Esforço conjunto:

o(a) Promotor(a) Natural e o(a) Encarregado(a).

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Como podemos avançar como Forças Armadas?

Divulgação :

- Equipe móvel de divulgação nacional com as *peacekeepers* brasileiras;
- Desmistificar as dificuldades dos procedimentos de recrutamento.

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



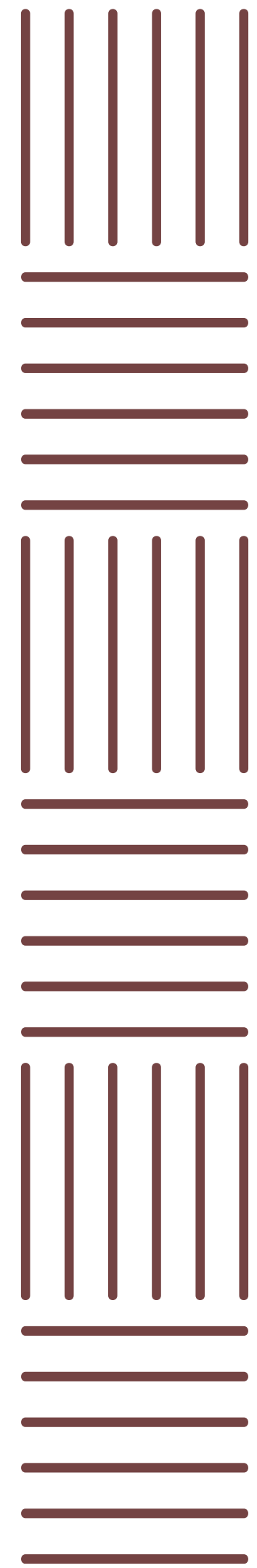
Como podemos avançar como Forças Armadas?

Célula de apoio multidisciplinar: para tratar de questões específicas da mulher militar em missão.

Formação: em todos os níveis – Coordenação específica para a temática de gênero.

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar





Como podemos avançar como Sistema de Justiça Militar?

- Maior **conscientização** e **capacitação** jurídica sobre missões de paz entre os(as) operadores(as) do direito militar.
- Aprofundamento de uma **abordagem interagência** da temática de gênero.

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Como podemos avançar como Sistema de Justiça Militar?

- Elaboração de um programa centralizado de **formação de capacidades investigativas, sobretudo em crimes de natureza sexual** em ambientes vulneráveis e áreas instáveis para as Forças Armadas.
- **Profissionalização e institucionalização** da atividade de polícia judiciária militar no âmbito das Forças Armadas com **perspectiva de gênero**;

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Como podemos avançar juntos como Sistema de Justiça Militar e Forças Armadas?

- Concepção de uma **base de dados integrada** entre as FFAA e o MPM.
- Implementação de alterações legislativas necessárias para **atualizar as leis penais militares**.

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar



Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar

Conclusões

- É necessário avançar na implementação da **Agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS)** nas FFAA e nas instituições ligadas ao Sistema de Justiça Penal Militar, inclusive com **atualização** do Plano de Ação;
- Concepção de uma **base de dados integrada** entre as FFAA e o MPM;
- Implementação de alterações legislativas necessárias para **atualizar as leis penais militares**;

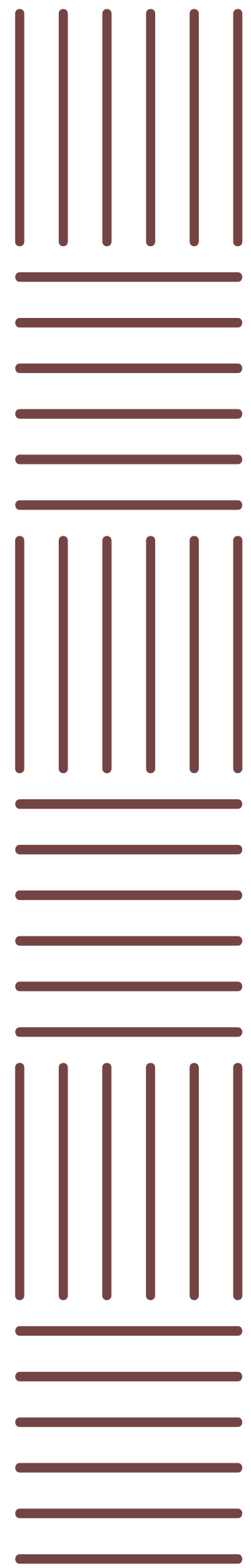


Conclusões

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Caroline Piloni
Promotora de
Justiça Militar





*“Eu sou aquela mulher que fez a
escalada da montanha da vida,
removendo pedras e plantando flores”.*

*Cora Coralina**

Muito obrigada!

caroline.piloni@mpm.mp.br

+55 (61) 99309-8415

**Nota: Trecho adaptado do poema “Ressalva”.*

Caroline Piloni

Promotora de
Justiça Militar